



VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública

ISSN: 2594-5688

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA
ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES EM MINAS GERAIS NA
ÚLTIMA DÉCADA**

MATHEUS FERNANDES NASCIMENTO, ALEXANDRE QUEIROZ GUIMARÃES

GT 2 ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2021.
Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA: análise das intervenções em Minas Gerais na última década

O objetivo deste artigo é analisar, em perspectiva comparada, os programas estaduais que atuaram no enfrentamento à pobreza e redução das vulnerabilidades sociais da população mineira. Foram selecionados os programas executados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese) na última década, a saber: “Programa Travessia”, “Estratégia Novos Encontros” e “Percurso Gerais – Trajetória para a autonomia”. Para isso, foi definida a matriz analítica composta pelas dimensões relacionadas ao escopo das intervenções, às capacidades institucionais e à atuação finalística das intervenções. Em suma, trata-se de analisar o planejamento, a gestão e a execução destes programas.

Os resultados do estudo indicam que os programas, apesar de apresentarem entregas relevantes, não foram efetivos em sua atuação para alterar a realidade de vulnerabilidade social das localidades. Ainda assim, foi possível identificar direções para atuação do poder público estadual, sendo necessário o acompanhamento contínuo das famílias em condições de vulnerabilidade e a promoção de alternativas de geração de renda que fomentem as potencialidades e o protagonismo dos atores locais.

Palavras-chave: Pobreza; Vulnerabilidade social; Intersetorialidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE REDUCCIÓN DE LA POBREZA: análisis de las intervenciones en Minas Gerais en la última década

El objetivo de este artículo es analizar, desde una perspectiva comparativa, los programas estatales que han funcionado para combatir la pobreza y reducir las vulnerabilidades sociales de la población de Minas Gerais. Se seleccionaron los programas ejecutados por la Secretaría de Desarrollo Social del Estado de Minas Gerais (Sedese) en la última década, a saber “Programa Travessia”, “Estrategia Novos Encontros” y “Percurso Gerais – Trajetória para a autonomia”.

Así, se definió la matriz analítica, compuesta por dimensiones relacionadas con el alcance de las intervenciones, las capacidades institucionales y el desempeño final de los programas. En definitiva, se trata de analizar la planificación, gestión y ejecución de estos programas.

Los resultados del estudio indican que los programas, a pesar de presentar entregables relevantes, no fueron efectivos en sus acciones para cambiar la realidad de la vulnerabilidad social en las localidades. Aun así, fue posible identificar direcciones de acción para el gobierno estatal, que requieren el seguimiento continuo de las familias en condiciones de vulnerabilidad y la promoción de alternativas de generación de ingresos que fomenten el potencial y el protagonismo de los actores locales.

Palabras clave: Pobreza; Vulnerabilidad social; Intersectorialidad.

PUBLIC POLICIES TO POVERTY REDUCTION: analysis of the interventions in Minas Gerais in the last decade

The objective of this article is to analyze, from a comparative perspective, the state programs that were adopted to fight poverty and reduce the social vulnerabilities of the population of Minas Gerais. The selected programs were executed by the Secretary of State for Social

Development of Minas Gerais (Sedese) in the last decade: “Programa Travessia”, “Estratégia Novos Encontros” and “Percurso Gerais – Trajetória para a autonomia”.

An analytical matrix was created to undertake the comparison, composed by dimensions related to the scope of interventions, institutional capabilities, and final performance of the programs. In short, the article intends to analyze the planning, management, and execution of these programs.

The results indicate that the programs, despite being able to deliver important policies, were not effective enough in their performance to change a reality marked by deep social vulnerability. Even so, relevant directions for action were identified, including the continuous monitoring of families in vulnerable conditions, the promotion of income generation alternatives and improvement in the protagonism of the local players.

Keywords: Poverty; Social Vulnerability; Intersectoriality.

1. Introdução

O alto índice de famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social nas regiões menos desenvolvidas de Minas Gerais é problema histórico. De acordo com os dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)¹, mais de 1,3 milhões de famílias mineiras estão abaixo da linha da pobreza, representando quase 20% da população do estado.

Do quantitativo de 2,7 milhões de famílias mineiras cadastradas, 39% são famílias em situação de extrema pobreza, enquanto outros 37% possuem renda mensal per capita até meio salário-mínimo. Na última década, houve aumento no quantitativo de famílias cadastradas no CadÚnico em cerca de 19%, de modo que é possível observar que as condições de pobreza e vulnerabilidade são persistentes no estado.

Este cenário foi alvo de intervenções do poder público estadual ao longo dos últimos anos, de forma que a busca pela redução das desigualdades regionais e enfrentamento da situação de pobreza e vulnerabilidade social da população vem orientando a atuação do governo estadual. Os esforços são relevantes, havendo importantes lições a se aprender com estas iniciativas.

Esta pesquisa se justifica particularmente pelo fato de que as intervenções atuaram em um cenário complexo e multidimensional, que exige capacidade da atuação do estado a partir de estratégias articuladas e intersectoriais. Assim, o objetivo do artigo é analisar comparativamente as intervenções que visaram atuar nas regiões com alto índice de pobreza e buscaram o enfrentamento da pobreza e das vulnerabilidades sociais da população.

A comparação destes programas, coordenados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese-MG), visa levantar lições e apontar direções para uma agenda bem-sucedida de intervenções públicas estaduais. Para isso, procurou identificar as convergências e divergências entre os programas, apresentando os desafios em termos de planejamento, gestão e execução de cada intervenção.

Foram comparados os programas Travessia (2011-2014), Estratégia Novos Encontros (2015-2018) e Percurso Gerais – Trajetória para a autonomia (2019-2021). A análise e comparação entre esses programas são abordadas a partir de uma matriz analítica, abordando o

¹ Informações disponíveis na ferramenta: CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

escopo das intervenções, as capacidades de gestão e os resultados produzidos na execução das ações.

A estrutura deste trabalho é composta, na seção 2, pela apresentação dos conceitos e dimensões da pobreza. A seção 3 aborda as capacidades de atuação do Estado para o enfrentamento da pobreza e das vulnerabilidades sociais, indicando a importância de estratégias intersetoriais. Na sequência, a seção 4 apresenta a metodologia organizada a partir da matriz analítica com as dimensões e variáveis selecionadas. A seção 5 apresenta, em detalhe, os três programas selecionados como objeto da análise comparada, identificando as principais características de cada um. Enfim, a seção 6 traz a análise propriamente dita, realizando as comparações entre os programas.

As considerações finais são esboçadas na seção 7, indicando direções para intervenções futuras que busquem atuar neste problema social. A compreensão em relação aos esforços de uma década nesta temática possui o potencial de consolidar o aprendizado organizacional e promover reflexões sobre as escolhas estratégicas e os caminhos adotados ao longo dos anos.

2. Pobreza e vulnerabilidades sociais

Para a abordagem das políticas de enfrentamento à pobreza e às vulnerabilidades é importante em um primeiro momento apresentar o fenômeno e sua multidimensionalidade. A pobreza se apresenta como fenômeno complexo e multidimensional, de forma que seu enfrentamento requer estratégias simultâneas de inclusão social e produtiva (ABRAMO, CECCHINI e MORALES, 2019).

A perspectiva mais utilizada na mensuração e tratamento da pobreza é a econômica, sendo utilizados valores monetários mínimos para caracterizar as pessoas que se encontram nessa situação. Dessa forma, pobres seriam aqueles que possuem um patamar de renda abaixo do limite mínimo, estabelecido como suficiente para satisfazer as necessidades consideradas básicas (ROCHA, 2003; BRONZO, 2005).

Apesar da simplificação e da utilidade do conceito, a linha de pobreza por si só é limitada, uma vez que os bens não-monetários também possuem potencial para afetar o bem-estar dos indivíduos. Por essa razão, é importante observar a pobreza de maneira multidimensional, demandando uma definição mais precisa das necessidades básicas (LOPES, MACEDO E MACHADO, 2016).

Neste sentido, acredita-se que a abordagem deve ir além das questões relacionadas à renda, incorporando também questões subjetivas relacionadas ao sofrimento, insegurança e desamparo, assim como a exposição a riscos e a capacidade de resposta. Assim, entende-se que as famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza não possuem suas necessidades satisfeitas, encontram-se em situação precária de alimentação, habitação, educação, saúde, liberdade e autonomia, e não tem acesso a serviços públicos que garantam um mínimo padrão de vida (BRONZO, 2005).

O autor referência nessa abordagem é Amartya Sen. Este autor relaciona a pobreza com a capacidade dos indivíduos exercerem suas liberdades e direitos sociais, civis e políticos, analisando as formas de acesso aos recursos privados e coletivos. Como mostra Sen, a abordagem mais ampla deve considerar, além do acesso aos bens que satisfaçam necessidades, também a possibilidade para os indivíduos exercerem sua cidadania e autonomia. Isso leva à introdução de conceitos mais abstratos como direitos e liberdades, relacionando também a

pobreza com justiça social, desigualdades, participação e autonomia. Assim, a pobreza deve ser interpretada também como a privação destas capacidades (SEN, 1988).

Por todas estas características complexas e multidimensionais, fazem-se necessárias intervenções das políticas públicas que atuem em relação às múltiplas dimensões da pobreza e que se mostrem integradas e convergentes para os indivíduos usuários e beneficiários (AZEVEDO e BURLANDY, 2010).

Para Esquivel Contreras (2007), são necessárias estratégias de focalização eficientes para identificar o público e as suas reais necessidades, o que aponta para canais de participação dos beneficiários e da sociedade civil e para maior protagonismo dos atores locais. Assim, a superação das vulnerabilidades sociais tende a ser favorecido por um processo de desenvolvimento de baixo para cima, observando a importância conferida às redes e a perspectiva endógena de produção de sinergias capazes de gerar as reações autônomas das pessoas (AMARAL FILHO, 2001; TENÓRIO, 2007).

Santos (2013) vai dizer ainda que as estratégias de intervenção devem criar condições para as pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social, justamente aquelas que se encontram tão distantes das condições essenciais para uma vida digna. A consequência deste esforço coletivo é a facilitação do desenvolvimento das capacidades dos atores envolvidos, induzindo a participação e organização da sociedade como forma de contemplar as características multidimensionais e promover o desenvolvimento dos territórios.

3. Capacidades estatais para o enfrentamento da pobreza

Após abordar os conceitos de pobreza, é importante identificar a capacidade de atuação do Estado para promover o enfrentamento à pobreza e a redução das vulnerabilidades sociais. Considerando as características complexas da pobreza e a importância de se considerar e compreender os contextos locais, é relevante apresentar os determinantes da capacidade de atuação do Estado para a adoção de políticas públicas que busquem reduzir as vulnerabilidades das pessoas.

Inicialmente, é importante que o Estado possua as capacidades necessárias para ser o agente indutor e mobilizador das iniciativas sociais, tendo também a responsabilidade de criar condições adaptadas às demandas da sociedade para que se direcionem estratégias capazes de convergir interesses e objetivos comuns. Para tal, são necessárias burocracias estatais qualificadas e com permeabilidade para a interação com a sociedade (EVANS, 1997). São capacidades necessárias para lidar com cenários muito complexos e para tomar decisões que se enquadrem nas especificidades locais.

É também fundamental destacar a necessidade de coordenação entre as diferentes esferas de governo, considerando o compartilhamento de responsabilidades no atendimento às demandas da sociedade. O contexto descentralizador apresenta maior autonomia dos governos locais, mas também maiores desafios para executar suas funções (ARRETCHE, 1996). Além de integração e sinergia com a sociedade, os governos subnacionais necessitam de capacidades que os permitam cumprir seu papel junto à população.

A vantagem dos governos locais é a proximidade física com as demandas da sociedade. Isso facilita a observação das condições de vulnerabilidade e das ações que, se articuladas, podem resultar em ganhos mais efetivos em termos de qualidade de vida e autonomia para a população (ABRUCIO e FRANZESE, 2007). Dessa forma, as relações entre Estado e sociedade

civil e as relações intergovernamentais exigem a capacidade de coordenação para que esta articulação aconteça.

Esta coordenação de ações implica nas relações entre diferentes áreas, setores, sistemas institucionais e abrangência. Porém, observa-se, usualmente na prática, a fragmentação das políticas, programas e projetos sociais, que normalmente se desenvolvem sem articulação com as demais áreas. Apesar das ações das políticas públicas serem endereçadas para as mesmas pessoas, as dinâmicas setoriais acabam resultando em execução de ações de maneira fragmentada (GÓES e MACHADO, 2013).

Este modelo de articulação apresenta, assim, a necessidade de mudanças substanciais na prática e na cultura das instituições públicas, apontando para a necessidade de inclusão da população e da sociedade civil organizada, buscando o fortalecimento das ações sociais e das políticas públicas que atuam com estas características. São estes processos de articulação que podem levar à construção de redes intersetoriais e de políticas com maior capacidade de lidar com a população em situação de vulnerabilidade social, de modo que estas redes se apresentem como alternativa para estruturar a intersetorialidade, estabelecendo vínculos de interdependência e complementaridade (GÓES e MACHADO, 2013).

Para Grau (2005), a noção de intersetorialidade traz a ideia de integração de diversos setores no objetivo de solucionar problemas sociais, de modo que a premissa da integração é especialmente relevante para cenários complexos, como no caso do enfrentamento da pobreza. Segundo a autora,

“Uma premissa é que a integração entre setores possibilita a busca de soluções integrais. Esta premissa traz um fundamento expressamente político para a intersetorialidade e se traduz na ideia de que as políticas públicas que persigam estratégias globais de desenvolvimento, tais como a modificação da qualidade de vida da população, devem ser planejadas e executadas intersetorialmente. [...] Neste sentido, o primeiro elemento que cabe destacar é a integração, presente em todas as definições de intersetorialidade” (GRAU, 2005, p. 1, tradução própria).

Assim, Bronzo (2007) indica que a delimitação da abordagem da intersetorialidade focada a partir da problemática da pobreza é pertinente, uma vez que existe pouco consenso em relação às formas de compreender, caracterizar e mensurar este fenômeno. No entanto, há também o desafio de se produzir consenso em relação ao conteúdo das políticas e às condições necessárias para que se produzam os resultados esperados. Dessa forma, o reconhecimento dos fatores que contribuem para a persistência da pobreza faz com que seja necessária a utilização da perspectiva da integralidade, contemplando a complexidade do fenômeno. Ou seja, “a intersetorialidade é uma decorrência lógica da concepção da pobreza como fenômeno multidimensional” (BRONZO, 2007, p. 9).

A atuação integrada e articulada considera o público beneficiário como unidade central para a convergência dos esforços. Assim, essa ideia indica: que o Estado se insira e se aproxime da sociedade de maneira pertinente; que a sociedade utilize efetivamente espaços políticos de negociação e participação na tomada de decisão do aparato estatal; que os governos subnacionais e central atuem com maior efetividade e convergência entre si; e ainda que as diferentes temáticas se orientem por um mesmo objetivo nas estruturas orgânicas da administração pública.

Entende-se, então, que para produzir estratégias capazes de promover a redução das vulnerabilidades e potencializar as oportunidades disponíveis, todos os níveis da estrutura estatal devem estar coordenados para induzir ações articuladas junto à sociedade, observando as demandas e características do local e transformando a realidade das pessoas que devem ser protagonistas do processo. Além disso, o rompimento do paradigma setorial e das fragmentações se justifica não somente pelo ganho de eficiência envolvido, mas principalmente pelos resultados mais efetivos no atendimento das demandas sociais, efetivando estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades sociais que sejam capazes de ampliar a qualidade de vida e a autonomia da sociedade.

Enfim, a partir destas abordagens, percebe-se que estratégias articuladas com ações coordenadas são necessárias para a garantia das condições dignas de sobrevivência dos indivíduos e para a oferta de bens e serviços públicos de qualidade. Assim, estas capacidades necessárias para a atuação estatal na redução da pobreza e vulnerabilidade social constituem parte importante do alicerce teórico necessário para promover a comparação dos programas estaduais, seguindo a metodologia detalhada a seguir.

4. Metodologia: análise comparada de políticas públicas

O recorte temporal estabelecido nesta pesquisa busca comparar as prioridades dos últimos 3 (três) governos estaduais, selecionando, como destacado, os seguintes programas: **Programa Travessia**, executado no mandato do governador Antônio Anastasia (2011-2014); **Estratégia de Enfrentamento da Pobreza no Campo – Novos Encontros**, executada na administração do governador Fernando Pimentel (2015-2018); e **Programa Percursos Gerais – Trajetória para a Autonomia**, iniciado no mandato do governador Romeu Zema (2019). Este último ainda se encontra em execução após pouco mais de 2 anos de atividades realizadas.

A metodologia de análise comparada de políticas públicas foi escolhida como direção para promover a análise e aproximação das principais características dos programas. Assim, buscou-se identificar questões institucionais envolvidas no processo de aprendizagem organizacional. Para Frey et. al. (2017), a análise de políticas públicas em perspectiva comparada traz importante contribuição para estes processos de aprendizagem entre políticas de setores diversos e em todos os níveis de governo. Além disso, é relevante a identificação de padrões institucionais nas diferentes políticas públicas por meio de experiências concretas (FREY et. al. 2017).

As dimensões e variáveis que orientaram a comparação das informações dos programas que são objeto da pesquisa estão dispostas no quadro a seguir, que representa a matriz analítica. Em linhas gerais, na *dimensão escopo das intervenções*, as variáveis buscaram contemplar as diretrizes da atuação do governo estadual, identificando como a gestão definiu e conduziu prioridades. Na *dimensão capacidades institucionais*, são identificados e comparados os padrões institucionais dos programas. Por fim, na *dimensão atuação finalística dos programas*, foi possível agregar informações acerca das ações, as decisões e priorizações da atuação, as entregas realizadas e os resultados alcançados. O intuito foi identificar pontos de convergência e diferenças a partir das características de planejamento, gestão e execução dos programas.

Quadro 1: Matriz analítica: dimensões e variáveis de análise da pesquisa

Dimensões	Variáveis de análise	
1- Escopo das intervenções	Diretrizes estratégicas de atuação do governo estadual	Diretrizes técnicas de focalização das ações
2- Capacidades institucionais	Governança da atuação intersetorial	Envolvimento dos municípios e participação da sociedade civil
3- Atuação finalística dos programas	Ações executadas e resultados alcançados	Efetividade das intervenções

Fonte: Elaboração própria.

A partir disso, cada variável da matriz recebeu uma lista de perguntas orientadoras, que tiveram como fontes para a disponibilização destas informações as documentações internas da Sedese, como por exemplo, relatórios técnicos e planilhas de acompanhamento das ações. Adicionalmente, foram promovidas entrevistas semiestruturadas com gestores envolvidos na execução dos programas para captação das percepções em relação aos programas. Adiante, as seções serão organizadas com base nas dimensões da matriz analítica, trazendo a análise comparada dos programas.

5. Apresentação dos programas selecionados

O **Programa Travessia** tinha por objetivo o planejamento, a coordenação e a execução de políticas públicas em Minas Gerais nas localidades que concentrem famílias em situação de vulnerabilidade social, buscando promover a inclusão desta população (MINAS GERAIS, 2008)². Para Soares et. al. (2013), o programa se configura como um conjunto integrado de projetos com o objetivo de reduzir a pobreza e vulnerabilidade em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

De acordo com o Decreto 45.694, de 12 de agosto de 2011, a Sedese era o órgão responsável pela gestão do programa e de sua governança, traduzido por um comitê de acompanhamento composto por várias instituições da administração estadual, que deveriam atuar de maneira integrada. Dentre estas instituições, destacam-se as pastas de saúde, educação, trabalho e emprego, agricultura e desenvolvimento regional, além da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA MG) e da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Este comitê de governança das ações do programa tinha como responsabilidade a elaboração de diagnóstico e metodologia de avaliação, propondo possíveis ajustes para o aprimoramento da execução nas localidades.

² O Programa Travessia se iniciou em 2007, sendo continuado em 2011 sob novo formato de gestão. O recorte temporal aborda as informações do programa a partir do ano de 2011.

Os projetos que compunham o programa eram: o “Porta a Porta”, que realizava a busca ativa dos domicílios para a identificação das vulnerabilidades por meio do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)³; o “Banco Travessia”, como ação de distribuição de renda para a população; o “Travessia Social”, que executava ações de infraestrutura e obras nos domicílios; o “Travessia Renda”, com ações de qualificação profissional e elevação da escolaridade; o “Travessia Educação”, com ações de melhoria da infraestrutura escolar, gestão escolar e oportunidades educacionais; e o “Travessia Saúde”, que executava ações de capacitação para equipes municipais, redução da desnutrição infantil e diagnóstico da situação de saúde nos municípios (SOARES et. al., 2013).

A partir dos relatórios de avaliação do PPAG⁴, identificou-se que o programa executou o total de R\$ 77 milhões entre os anos de 2012 e 2015. Estes valores foram reduzidos substancialmente ao longo dos anos, saindo de R\$ 39 milhões gastos em 2012 para R\$ 9 milhões em 2014. Algumas das entregas mais relevantes nos municípios beneficiários são: 350 mil domicílios visitados pelo Porta a Porta; quase 3 mil trabalhadores atendidos com qualificação e elevação de escolaridade no Travessia Renda; 10 mil famílias beneficiadas pelo Banco Travessia; e obras de infraestrutura e melhoria habitacional para mais de 18 mil famílias. Esta atuação do Programa Travessia ocorreu, de acordo com os registros e considerando todos os projetos, em 309 municípios do estado mineiro (MINAS GERAIS, 2016b).

Observando o escopo e a execução das ações, nota-se que a atuação integrada e intersetorial foi tida como premissa para o programa, sendo considerada necessária para que fosse possível trabalhar em todas as privações pertencentes a diferentes dimensões, considerando inclusive que a integração perpassasse desde o planejamento até a execução junto aos beneficiários (SOARES et. al. 2013).

A Estratégia de Enfrentamento da Pobreza no Campo – Novos Encontros buscou enfrentar a pobreza rural a partir da ótica territorial, indicando uma intervenção articulada entre as políticas públicas estaduais que, de alguma forma, tinham como público a população em situação de vulnerabilidade no campo. De acordo com a Lei 23.203 de 27 de dezembro de 2018, que institui o Plano Estadual de Enfrentamento da Pobreza no Campo, considera-se que a pobreza é multidimensional e está relacionada à insegurança alimentar e nutricional, à falta de acesso aos serviços básicos e à dificuldade de acesso a produção e geração de renda para a sobrevivência (MINAS GERAIS, 2018).

O programa possuía eixos de atuação que buscavam atingir os objetivos declarados. As principais ações do eixo de acesso a serviços, benefícios e transferência de renda eram relacionadas à educação e à assistência social. O eixo de infraestrutura tinha ações de acesso a água e saneamento e à eletrificação rural. O eixo de acesso à terra e aos territórios, inserido posteriormente, abordava questões relativas à regularização fundiária. Por fim, o eixo de inclusão produtiva apresentava ações de assistência técnica, extensão rural, distribuição de insumos e segurança alimentar e nutricional, entre outras ações (PEDROSO, 2017; SILVA, 2017).

Em relação à governança, o Grupo Coordenador das ações da Estratégia Novos Encontros, instituído em 2016 e também coordenado pela Sedese, era responsável pelo acompanhamento das ações e pela definição das estratégias intersetoriais. De forma similar ao

³ Indicador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, desenvolvido pela Universidade de Oxford, utilizava as privações de educação, saúde e padrões de vida, configurando um rol de 10 (dez) indicadores que buscavam fornecer um retrato amplo sobre as pessoas privadas de suas capacidades (SOARES et. al., 2013).

⁴ PPAG – Relatórios Institucionais de Monitoramento (RIM) - Exercícios Anteriores (MINAS GERAIS, 2016b).

Programa Travessia, esse grupo incluía pastas como as de desenvolvimento agrário, agricultura e extensão rural e, desenvolvimento integrado, além de instituições de pesquisa, da CEMIG e da COPASA (MINAS GERAIS, 2016a). A Estratégia Novos Encontros envolveu também alguns conselhos para a articulação de esforços, incluindo o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS).

Dessa forma, a Estratégia Novos Encontros atuava no sentido de articular a atuação dos órgãos que lidavam com a questão da vulnerabilidade no campo, procurando alinhar ações existentes, de forma que foram integradas 43 ações no total. O principal destaque foi o projeto Sementes Presentes, que buscava o fortalecimento da agricultura familiar por meio das compras institucionais das escolas estaduais e da distribuição de insumos para os pequenos produtores. Para isso, as políticas de assistência técnica e assistência social foram integradas nos municípios para a seleção dos beneficiários do projeto.

De acordo com os relatórios do monitoramento estratégico das prioridades de governo vigente à época, foram executados, de 2015 a 2018, R\$ 465 milhões nas ações do programa. As principais entregas foram: 20 mil ligações elétricas em domicílios rurais; a doação de aproximadamente 600 veículos para o transporte escolar e equipes volantes dos CRAS; o atendimento a 70 mil famílias com a distribuição de sementes; a aquisição de R\$ 6 milhões de alimentos da agricultura familiar, direcionados para mais de 500 escolas estaduais; a ligação de 1 mil domicílios a sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades tradicionais; e a distribuição de 410 kits de irrigação doméstica distribuídos para 900 famílias. Estas entregas contemplaram, ao todo, 229 municípios, tendo a priorização territorial ocorrida a partir da focalização do público com base no CadÚnico.

Assim, a maior parte destas entregas foram mobilizadas a partir das interseções diagnosticadas e da tentativa de focalização do público e dos territórios prioritários. Orçamentariamente, a entrega de eletrificação rural da CEMIG possui maior vulto, mas deve-se destacar também o esforço de integração promovido a partir da variedade de entregas para a população.

O Programa Percursos Gerais – Trajetória para a autonomia se apresenta também como estratégia para a redução das vulnerabilidades sociais em suas múltiplas dimensões. O programa está sendo executado nos municípios do estado com menor IDH e obedece a uma escala de execução considerando esses níveis de vulnerabilidade. Busca ainda criar articulação entre as instituições do governo, estabelecer parcerias e captar recursos externos para subsidiar as ações de geração de renda, assistência social, segurança alimentar, habitação, direitos humanos, esportes e cuidado sobre drogas.

A partir da análise do IDH, foram definidos 73 municípios beneficiários, escalonando os atendimentos a partir da priorização dos índices mais críticos. Para isso, foi construído um índice sintético multidimensional para mensurar a situação de vulnerabilidade das famílias, o Índice Mineiro de Vulnerabilidade (IMV). A base principal é o CadÚnico, compondo 4 dimensões: adequação familiar, situação de escolaridade, perfil e composição familiar, e acesso ao trabalho e à renda.

De maneira mais tímida em relação aos demais, o programa tem buscado ampliar o escopo de intersetorialidade com outras instituições a partir da identificação de pontos focais que se reúnem esporadicamente. Estes encontros já contaram com a participação de instituições como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE) e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA).

Entre os principais projetos executados no Programa Percursos Gerais, incluem-se o Trajeto Renda, que busca ampliar a capacidade de geração de renda dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social por meio do fomento ao trabalho por conta própria e à produção em grupos auto gerenciáveis e autossustentáveis. Outro programa relevante é o projeto AproximAÇÃO SUAS, que visa contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, assim como da autonomia e do exercício da cidadania das famílias. Ações nas temáticas da segurança alimentar e nutricional, esporte e lazer, direitos humanos e prevenção ao uso de drogas também são elencadas, mas em menor grau de priorização.

O resultado pretendido é a redução do percentual de pessoas extremamente pobres inscritas no CadÚnico dos municípios atendidos de 47,12% (dez/2018) para 42,12%. As principais entregas previstas, conforme registros da Sedese, incluem o apoio às redes socioassistenciais e o atendimento de 11.043 pessoas nos projetos de geração de renda e inclusão produtiva.

Ao todo, para contemplar estas entregas previstas, o planejamento orçamentário do Programa Percursos Gerais indica a necessidade total de R\$ 21,4 milhões até 2022. Parte destes recursos já foi captado e se encontra em execução. No entanto, há um relativo atraso neste atendimento, de forma que o grupo de municípios previstos para o ano de 2019 ainda estão recebendo as entregas durante o ano de 2021.

6. Análise comparada das dimensões

Feita a apresentação dos programas, importa neste momento analisá-los sob diversos aspectos, promovendo efetivamente a análise comparada. O cerne desta análise é a matriz analítica citada anteriormente, responsável por condensar as dimensões e as variáveis que organizaram a comparação.

Escopo das intervenções

Como mencionado, o Programa Travessia tinha como proposta a redução da pobreza por meio da criação de novas ações e projetos, diferentemente dos demais programas que buscaram integrar esforços em curso. Para executar as intervenções do Programa Travessia, a estratégia da administração do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) residia na força da gestão para resultados e na estrutura governamental, ou seja, era uma administração com dinâmicas gerenciais complexas de controle e monitoramento das ações, seguindo orientações políticas e partidárias remanescentes da administração anterior. Além disso, buscou-se disponibilizar grandes investimentos, mas que foram sendo reduzidos e as ações sofreram estes impactos.

A Estratégia Novos Encontros, em contrapartida, tinha como norteador o combate à pobreza e desigualdade por meio da integração dos esforços já existentes. A administração do Partido dos Trabalhadores (PT) representava uma substituição política drástica em relação aos governos antecedentes, tendo como principais mudanças a priorização para o combate à pobreza rural e a valorização da participação popular. No entanto, em relação aos mecanismos de acompanhamento e gestão das ações, foi deficitária em comparação à administração anterior. Observou-se ainda que as prioridades da agenda política foram responsáveis pela definição do escopo de atuação, de modo que as contribuições técnicas foram utilizadas apenas para corroborar estas direções políticas.

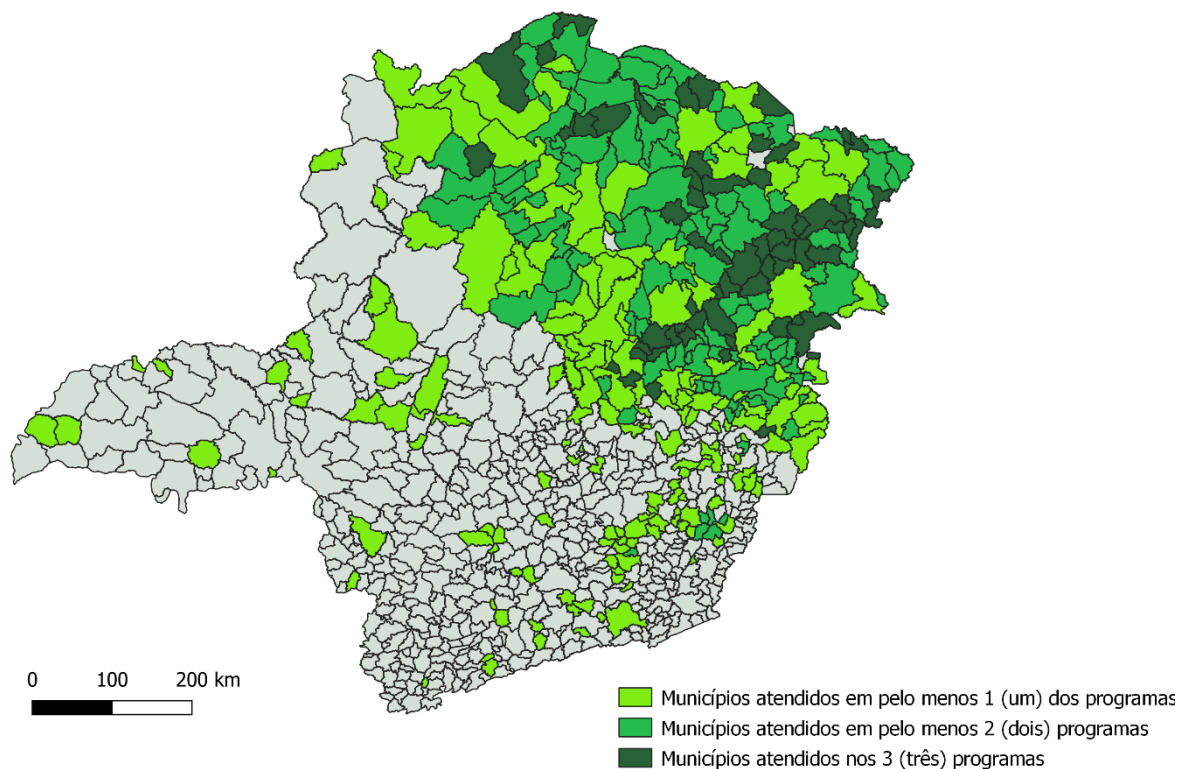
No Programa Percursos Gerais, entendeu-se que a estrutura estatal atuava como reprodutor de desigualdade. O programa deveria, portanto, modificar a abordagem e atuar como facilitador para a produção de riqueza na sociedade. A indução do desenvolvimento e a superação das vulnerabilidades deveriam ser promovidos por meio do protagonismo dos atores locais, sendo uma característica do programa que tem a referência política da administração do Partido NOVO, preconizando a liberdade e o livre mercado. Em comparação com as administrações anteriores, trata-se de uma direção que possui convergências e divergências com ambos os programas analisados.

Os três programas tinham como objetivo identificar a população em situação de pobreza e promover o enfrentamento às condições de vulnerabilidade social. A força e a prioridade dos programas, no entanto, foi se reduzindo significativamente a cada governo, de modo que o Programa Travessia, possuía mais relevância estratégica do que, atualmente, o Programa Percursos Gerais tem no escopo de atuação do governo estadual.

Em relação às diretrizes técnicas, um ponto de convergência que torna estas intervenções semelhantes é a utilização do IDH para identificar os municípios prioritários para atuação dos programas Travessia e Percursos Gerais. Em função da periodicidade do indicador, os programas trabalharam com dados idênticos ou compatíveis. Além disso, no Programa Travessia o diagnóstico das privações utilizou o IPM, enquanto na Estratégia Novos Encontros as priorizações do público beneficiário foram feitas a partir do CadÚnico. Já no caso do Programa Percursos Gerais, o IMV combinou a ideia de indicador sintético com a utilização do CadÚnico.

Assim, a partir dos indicadores apresentados, os programas tiveram alta convergência entre os municípios atendidos. Como representa a Figura 1, no total, são 358 municípios atendidos pelos três programas, sendo que 53,35% estiveram presentes em pelo menos dois.

Figura 1: Municípios atendidos pelos três programas



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se a concentração regional deste atendimento na porção setentrional do estado. De acordo com as informações da pesquisa, as características que aproximam os municípios e regiões definidos como prioritárias são, principalmente, a concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social e a concentração de pessoas nas faixas de pobreza e extrema pobreza. Estas regiões possuem um mercado de trabalho pouco aquecido e alta informalidade, bem como a presença de alto índice de desocupação e grande dependência das transferências de renda para as famílias e das transferências governamentais para o poder público local.

Os pontos de semelhança apresentados poderiam indicar que as escolhas não são necessariamente assertivas, mas apenas a reprodução de dinâmicas históricas. Ainda assim, na percepção dos atores entrevistados, concluiu-se que, com processos e formatos diferentes, o escopo de atuação e as diretrizes elencadas para a execução das intervenções foram pertinentes tendo em vista a busca pelo enfrentamento da vulnerabilidade social.

Capacidades institucionais

Os programas buscaram dar maior institucionalidade às intervenções por meio de mecanismos legais, sendo possível notar alguns padrões institucionais nas estruturas de governança e instituições envolvidas. O Programa Travessia, que se organizava por meio do comitê instituído por decreto para aprovar a indicação das localidades de atendimento e realizar ajustes metodológicos, criou ainda um outro comitê com a indicação de técnicos das instituições envolvidas para discussões mais aprofundadas.

Na Estratégia Novos Encontros, o Grupo Coordenador, definido por decreto, era conduzido por técnicos da Sedese e composto por técnicos das instituições envolvidas. No entanto, existia um grupo estratégico responsável pela condução das diretrizes, que não se reunia periodicamente e era composto por secretários de estado. Além disso, foram mobilizadas coordenações territoriais compostas pelos técnicos das estruturas regionais. Já no Programa Percursos Gerais, não foi identificado modelo de governança formalizado, de modo que a governança definida possuía uma perspectiva mais restrita à Sedese, apesar de outras secretarias participarem.

Comparativamente, o Programa Travessia possuía uma estrutura mais complexa e com prioridade na sua gestão, enquanto o Programa Percursos Gerais tem uma coordenação menos organizada e possui pouca prioridade no nível estratégico. De maneira intermediária, a Estratégia Novos Encontros possuía relativa capacidade de organização, mas sem prioridade do nível central.

Em geral, observou-se que os programas acionaram parceiros semelhantes, considerando as temáticas de atuação das políticas públicas de cada instituição. No Programa Travessia, foram identificadas 16 instituições parceiras, enquanto para a Estratégia Novos Encontros foram contabilizadas 19 instituições. Entre trocas de nomes e pastas integradas, identificaram-se 13 órgãos ou políticas públicas semelhantes entre os dois programas. No Programa Percursos Gerais, identificaram-se 10 temáticas em interseção no escopo das articulações dos demais programas.

Ressalta-se que o custo político e organizacional de reestabelecer estas parcerias para cada novo programa dificultou a execução. Retomar os diálogos técnicos depende dos

alinhamentos estratégicos que muitas vezes demandam tempo e geram a interrupção dos acessos disponíveis no programa anterior. Ainda assim, parte das convergências dos programas tem relação com o aprendizado organizacional envolvido nas equipes técnicas da Sedese.

Observou-se ainda que os níveis da intersectorialidade promovidos pelos programas são relativamente fracos, ainda que exista o destaque à Estratégia Novos Encontros pelo esforço de articulação. Isto ocorreu porque a noção de integração acabou sendo restrita às instituições do governo estadual, quando seria importante que avançassem também nas relações com os municípios e com a sociedade civil.

Algumas tentativas caminharam neste sentido, mas sem a robustez esperada. No Programa Travessia existiam convênios para formalizar a relação com as prefeituras. Na Estratégia Novos Encontros, além da participação dos conselhos estaduais, a seleção de beneficiários era aprovada nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), contando também com a participação de técnicos locais. O Programa Percursos Gerais tem buscado a aproximação mais efetiva que os demais programas, organizando, por exemplo, comitês locais para identificar os beneficiários e potencializar iniciativas de geração de renda.

Ainda assim, observou-se a dificuldade de desenvolvimento das capacidades de articulação que são necessárias para a efetividade das intervenções. Tanto em relação à busca pela legitimação das demandas sociais por meio de dinâmicas democráticas e de participação, quanto no que se refere às articulações do aparato estatal com a sociedade civil para a produção de sinergias, os avanços se mostraram tímidos.

Atuação finalística dos programas

Ao observar os projetos e ações dos programas, nota-se que os programas adotaram alternativas e caminhos específicos, apesar de apresentarem propostas reincidentes nas temáticas da inclusão social e produtiva da população vulnerável.

O Programa Travessia, por exemplo, priorizou principalmente ações de infraestrutura, somando 50% (R\$ 39 milhões) do investimento total, além de se dedicar ao mapeamento do público-alvo e suas vulnerabilidades. Em contrapartida, as ações de capacitação foram tímidas e insuficientes, não apresentando investimento entre os anos de 2014 e 2015. Apesar da força estratégica apontada anteriormente, a redução do orçamento ao longo dos anos prejudicou a capacidade de intervenção, de modo que a execução orçamentária indica que 68% (R\$ 26,7 milhões) do investimento do projeto foi realizado no ano de 2012, estando os valores restantes pulverizados nos anos subsequentes.

No caso da Estratégia Novos Encontros, observou-se a capacidade de investimento ainda maior, mesmo que de maneira indireta, devido ao formato de integração adotado, que permitia a soma dos investimentos mobilizados pelas demais políticas públicas⁵. Ainda assim, o esforço de definição de uma estratégia intersectorial é um mérito do programa.

Já o projeto Sementes Presentes se tornou, ao longo da execução, a principal execução intersectorial do programa, recebendo investimentos específicos. Além da distribuição de

⁵ Como mencionado na apresentação dos programas, as ações de eletrificação rural (CEMIG) eram investimentos já previstos independentemente da existência da Estratégia Novos Encontros, assim como ações de educação (SEE). Somando a execução orçamentária destas ações, temos 84% dos recursos do programa, ou seja, estas entregas representam R\$ 391 milhões dos R\$ 465 milhões investidos segundo os registros.

insumos para agricultura familiar, o fomento às compras da agricultura familiar para a alimentação escolar apresentou melhoria nos índices no ano de 2018 com a execução das ações.

Tabela 1: Compras da agricultura familiar – escolas estaduais (2018)

Municípios sede das Regionais de Educação	Quantidade de escolas	Valor contratado em 2018	% de compras da agricultura familiar 2018	% de compras da agricultura familiar 2017
Almenara	70	R\$ 726.238,50	26,66%	21,65%
Diamantina	115	R\$ 1.186.013,08	28,86%	21,04%
Governador Valadares	82	R\$ 914.395,94	26,58%	6,64%
Januária	32	R\$ 267.415,26	18,79%	18,84%
Montes Claros	114	R\$ 1.415.509,67	27,89%	22,05%
Teófilo Otoni	148	R\$ 1.766.464,73	29,92%	17,69%
Total Geral	561	R\$ 6.276.037,19	27,68%	18,02%

Fonte: Adaptado dos registros internos do programa. 2018.

Para o programa Percursos Gerais, notou-se um esforço mais tímido e insuficiente de definição das metas de atuação, em detrimento das entregas efetivamente declaradas como realizadas pelos programas Travessia e Estratégia Novos Encontros. Esta observação se justifica não apenas pelo tempo de execução da intervenção, mas também pela lógica de integração escolhida na atuação do programa e, até mesmo, pelo contexto fiscal do estado.

Comparativamente, respeitadas as especificidades de cada caminho adotado pelos programas, é possível dizer que as prioridades de atuação possuem semelhanças relevantes em relação às temáticas abordadas. Apesar dos formatos diversos, os projetos incluem produtos muito semelhantes, não justificando a descontinuidade verificada no início de cada programa. Novamente, o aprendizado organizacional técnico envolvido pode ter influenciado nas escolhas destes produtos como resposta às diretrizes estratégicas de mudança.

Dessa forma, a descontinuidade e o escopo reduzido das entregas prejudicaram a efetividade das intervenções para o público. As dificuldades enfrentadas pelos programas impediram o acompanhamento necessário ao público atendido, não possibilitando prazos efetivos para que as iniciativas tivessem êxito.

Entregas pontuais atuaram na realidade das famílias vulneráveis, como por exemplo, o fortalecimento das lideranças locais com o Programa Percursos Gerais e a organização do mercado institucional para potencializar a comercialização da agricultura familiar, promovida pela Estratégia Novos Encontros. Estas são direções a serem consideradas em próximas intervenções voltadas para o estímulo às economias locais e enfrentamento à vulnerabilidade das famílias.

Ainda assim, os programas enfrentaram dificuldades para promover a mudança do cenário de pobreza e vulnerabilidade social dos territórios. Isto se explica em parte significativa pelo grande desafio inerente ao objetivo e pelo cenário fiscal complicado que reduziu a

prioridade da atuação para o público vulnerável. No entanto, explica-se também em boa parte pelo fato de as entregas realizadas terem sido incipientes pela ausência de capacidade de acompanhamento e pela descontinuidade dos atendimentos ao público dos programas.

Por toda a argumentação construída na análise dos programas, entende-se, buscando contribuir para o desenho de estratégias futuras, que a atuação dos programas deve considerar a indução de alternativas para o estímulo ao protagonismo dos atores locais por meio de uma estratégia contínua que articule ações efetivas para a inclusão social e produtiva das pessoas.

7. Considerações finais

A apresentação dos programas selecionados identificou relativo alinhamento e similaridade nas iniciativas implementadas. Observou-se que o Programa Travessia possuía capacidade de intervenção aparentemente mais bem definida, tanto pelos recursos disponíveis e organização dos seus projetos quanto pela priorização política do programa. Os principais resultados e esforços empreendidos apontaram para as ações de infraestrutura dos municípios identificados como mais vulneráveis no estado.

A Estratégia Novos Encontros, com maior articulação, demonstrou capacidade de articular esforços para o público prioritário no campo. Além disso, apresentou resultados interessantes em projetos específicos na temática de inclusão produtiva e geração de renda, mas que tiveram escopo reduzido frente às demandas existentes. Já o programa Percursos Gerais foi mais tímido em capacidade de atendimento e investimento, mas mostrando potencialidades significativas nos projetos que estão sendo executados.

Considerando a gestão dos programas e os resultados ainda incipientes do governo estadual, é necessária a atuação integrada de maneira mais ampla, não bastando apenas que as articulações se limitem às pastas estaduais, ainda que apenas isso já não seja tarefa trivial. As intervenções devem ser permeáveis à participação dos atores locais, desenvolvendo capacidades políticas para a legitimação das demandas.

Assim, além das responsabilidades definidas pela execução de políticas públicas universais como saúde e educação, necessárias para o enfrentamento da pobreza, deve-se considerar o papel fundamental do estado na indução do protagonismo dos atores locais, bem como de intervenções do poder público local a partir da oferta de apoio técnico para o desenvolvimento de estratégias intersetoriais contínuas que promovam as alternativas de enfrentamento às vulnerabilidades também nos níveis regionais.

Em relação às políticas públicas, além da busca ativa da população vulnerável como forma de ofertar serviços públicos de qualidade, observou-se que é relevante, na temática da inclusão produtiva e geração de renda, que estratégias de potencialização dos mercados institucionais se desenvolvam alinhadas à elevação da organização social nas comunidades, avançando também no estímulo à participação da sociedade civil e protagonismo dos atores locais, tal qual apresentado pelas ações da Estratégia Novos Encontros e do Programa Percursos Gerais.

Enfim, a promoção do desenvolvimento dos territórios por meio da indução do protagonismo dos atores locais, permitirá ainda que as características de pobreza e vulnerabilidade sejam enfrentadas a partir da mobilização de redes de confiança e cooperação nos municípios. Os programas, projetos e ações, apesar de elaborados pela administração estadual, devem ser articulados e apropriados pelos atores locais como forma de legitimar as intervenções. Assim, indicaram-se caminhos que, a partir das experiências de intervenções

estaduais, devem ser considerados para compor estratégias articuladas de enfrentamento à vulnerabilidade social e redução da pobreza.

8. Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís; CECCHINI, Simone; MORALES, Beatriz. Programas sociales, superación de la pobreza e inclusión laboral: aprendizajes desde América Latina y el Caribe. CEPAL, 2019.

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. Tópicos de economia paulista para gestores públicos, v. 1, p. 13-31, 2007.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. Planejamento e políticas públicas, n. 23, 2001.

ARRETCHE, Marta TS. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. Revista brasileira de ciências sociais, v. 11, n. 31, p. 44-66, 1996.

AZEVEDO, Darana Carvalho de; BURLANDY, Luciene. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. Revista Katálysis, v. 13, n. 2, p. 201-209, 2010.

BARBOSA, Mirella Vasconcelos Ferreira. Implementação de políticas públicas com a perspectiva da ação intersetorial: uma análise comparada do Programa Travessia e do Programa Cultivar, Nutrir e Educar. 2014.

BRONZO, Carla et al. Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção. 2005.

BRONZO, Carla. Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza. XX Concurso del CLAD: ¿Cómo enfrentar los desafíos de la transversalidad y de la intersectorialidad en la gestión pública, 2007.

ESQUIVEL CONTRERAS, María José. Análisis sistemático del programa PRODESAL. 2007.

EVANS, Peter. State-society synergy: government and social capital in development. Research Series, 1997.

FREY, Klaus et al. Políticas públicas em perspectiva comparada: proposta de um framework para a análise de experiências locais. Revista do Serviço Público, v. 68, n. 1, p. 9-36, 2017.

GÓES, Flávia Temponi; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Políticas educativas, intersetorialidade e desenvolvimento local. Educação & Realidade, v. 38, n. 2, p. 627-648, 2013.

GRAU, Nuria Cunill. La intersectorialidad en el gobierno y gestión de la política social. In: X Congreso Internacional del CLAD, Santiago de Chile. 2005.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. Anais, p. 1-20, 2016.

MINAS GERAIS. DECRETO 45694, DE 12/08/2011. Altera e consolida a regulamentação que trata do Programa Travessia. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=45694&ano=2011&tipo=DEC>. Acesso em: 07 de novembro, 2020. ALMG. 2011.

MINAS GERAIS. DECRETO COM NUMERAÇÃO ESPECIAL 339, DE 29/06/2016 DE 29/06/2016 (TEXTO ATUALIZADO); Cria Grupo Coordenador das ações de enfrentamento da pobreza no campo, no âmbito da Administração Pública Estadual; Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DNE&num=339&comp=&ano=2016&aba=js_textoAtualizado>. Acesso em: 07 de novembro, 2020. ALMG. 2016a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG); Relatórios Institucionais de Monitoramento (RIM) - Exercícios Anteriores - PPAG 2012_2015; Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/pagina/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-de-acao-governamental-ppag/plano-plurianual-de-acao>>. Acesso em: 07 de novembro, 2020. 2016b.

MINAS GERAIS. LEI 23203, DE 27/12/2018. Institui o Plano Estadual de Enfrentamento da Pobreza no Campo. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23203&comp=&ano=2018>>. Acesso em: 07 de novembro, 2020. ALMG. 2018.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA; Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), 2020 Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>>. Acesso em: 29 de maio de 2021. 2021.

PEDROSO, Gustavo Lopes. Pobreza Rural e Políticas Públicas: Uma análise sobre a Estratégia de Enfrentamento da Pobreza no Campo no estado de Minas Gerais. Monografia. Fundação João Pinheiro. 2017.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? FGV Editora, 2003.

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos. A atuação dos governos locais na redução das desigualdades socioeconômicas. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas. 2013.

SEN, Amartya. The concept of development. Handbook of development economics, v. 1, p. 9-26, 1988.

SILVA, Michelle Vieira da. O processo de implementação da estratégia de enfrentamento da pobreza no campo do Governo do Estado de Minas Gerais. Monografia. Fundação João Pinheiro. 2017.

SOARES, Igor de Souza et al. Novos arranjos de governança para a intersectorialidade na gestão social: a experiência do programa Travessia. VI Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília. 2013.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania e desenvolvimento local. Editora Unijuí, 2007.